

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS – *CAMPUS* INCONFIDENTES
Licenciatura em Pedagogia EPT

LAYCE URYANE SILVA BARBOSA E QUÉZIA DE JESUS SILVA

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto de Pesquisa

INCONFIDENTES

2022

LAYCE URYANE SILVA BARBOSA E QUÉZIA DE JESUS SILVA

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto de Pesquisa apresentado ao Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia EPT – Universidade Aberta do Brasil UAB – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais *Campus* Inconfidentes como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia EPT, sob a orientação do Prof. da disciplina Seminário TCC II Aidalice Ramalho Murta e do tutor Isabel Barbosa Alves.

INCONFIDENTES

2022

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA	
1.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROBLEMA.....	
1.3 OBJETIVOS.....	
1. 3.1 Geral.....	
1.3.2 Específicos.....	
1.4 JUSTIFICATIVA.....	
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	
3 METODOLOGIA.....	
4 CRONOGRAMA.....	
REFERÊNCIAS.....	

1 INTRODUÇÃO

O brincar garante a oportunidade à criança de descobrir, criar, descobrir e reorganizar o que já sabe, gerando novos conhecimentos ou assimilando a sua maneira o que acontece cotidianamente, ampliando o vocabulário, desenvolvendo o pensamento, contribuindo para que o tempo do brincar seja otimizado e melhor aproveitado pelas crianças.

Este trabalho traz uma abordagem sobre a ludicidade na educação infantil, pois o lúdico traz conhecimento e vivências em grupo e com ela mesma, reforçando as habilidades sociais, enfrentando os obstáculos, os ganhos e as perdas. Através do brincar no “lúdico” a criança conquista um crescimento saudável, intelectual e emocional, fazendo com que se tornem adultos responsáveis e de boa conduta, pois passam-se anos e ficam presentes na memória e nas lembranças, fazendo parte da história marcando as épocas da vivência infantil.

Mas será que os educadores estão preparados para ensinar o lúdico? É de responsabilidade do professor proporcionar a ludicidade no momento das aulas, fazendo com que os alunos aprendam de uma maneira mais atrativa e que os resultados sejam de melhor qualidade.

A referente pesquisa tratou do lúdico no desenvolvimento de alunos da Educação Infantil e teve a primícia de compreender o lúdico e o brincar no processo da aprendizagem; abordou-se a importância do lúdico no desenvolvimento e na formação do professor, no cotidiano escolar, nos pontos fortes e fracos da aplicabilidade do ensino lúdico e verificou-se como a ludicidade interfere na assimilação de conhecimentos do cotidiano e no exercício da profissão.

A brincadeira lúdica nas escolas ainda não ocupa um lugar de destaque, mas é um importante meio de aprendizagem, já visto que renomados autores, entre eles Vygotsky, Kishimoto e Piaget, comprovam o lúdico como uma estratégia positiva para o desenvolvimento infantil, pois enquanto se desenvolve e se socializa, a criança descobre, assim, seu papel na sociedade.

Se durante algum tempo o lúdico foi considerado uma atividade “dispensável” às crianças, hoje se percebe justamente o contrário, não se pensa mais na criança longe do brincar. Crianças necessitam, além de um espaço cuidadosamente planejado e materiais disponíveis e acessíveis, ter liberdade para escolher livremente aquele brinquedo que deseja, sem ter tempo marcado para pegar e devolver o que ocasionará um prejuízo para a liberdade do criar.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

O lúdico na educação infantil

Segundo o PCN (BRASIL, 2012), a palavra lúdico remete-se ao significado do brincar e jogar, servindo para identificar o ato da criança pular, brincar, desenhar, e fazer tudo mas frente a brincadeiras que lhe agradam. Há muitas brincadeiras que passam de gerações para gerações, servindo para serem exploradas nas escolas, e o mais importante é que durante as brincadeiras, crianças têm medo nenhum de cometer erros, se sentem livres sem preocupação alguma.

Autores que podemos dizer que são vistos como referências, são Piaget e Vygotsky que tratam do universo lúdico, conceituando a ação do brincar (BRASIL, 2012).

É interessante notar que na infância, a criança mostra não ter preocupação alguma no ato do brincar, e assim passam a vivenciar seu universo lúdico, mas vale ressaltar que os brinquedos devem seguir sua faixa de idade das crianças até a idade de dois anos, lembrando que elas se interessam mais por brinquedos que contenham cores claras, que emitem algum som, e entre cinco a seis anos, preferem brinquedos que exigem mais raciocínio lógico, como no caso brinquedos de montar, e próximo aos dez anos de idade, passam a se interessar por brinquedos mais modernos como, vídeo game, computadores, enfim, jogos eletrônicos (BRASIL, 2012).

As crianças estão prezando mais brinquedos e jogos que lhe chamam a atenção, que despertem a curiosidade, que estimulam o querer brincar cada vez mais com o mesmo brinquedo, por isso é importante selecionar o brinquedo dentro da educação para a criança brincar (BRASIL, 2012).

Segundo o PCN (BRASIL, 2012), atualmente os brinquedos industrializados são os que mais passam a interessar às crianças, mas não há necessidade de ser, basta ter uma diversidade de brinquedos e trazer prazer à criança. Algo interessante é que se tanto os pais como os professores poderem confeccionar os brinquedos junto com as crianças, pode ter a certeza que esses brinquedos seriam bem mais prazerosos para eles.

Os brinquedos que devem ser evitados são: arminhas que podem acarretar a violência, espadas e outros que podem influenciar para o lado do mal ou chegar a machucar as crianças no ato de brincar (BRASIL, 2012).

Segundo Miranda (2002), um professor deve ter a capacidade de despertar em seus alunos o interesse pelo lúdico, transformando a prática em conhecimento propício, descobrindo a verdadeira base do trabalho pedagógico, assim a criança pode se socializar com outras crianças também através de brincadeiras, chegando a desenvolver o físico e o mental da criança.

O jogo não deve ser subordinado, pois isso faz com que o lúdico da criança tire sua motivação. Os jogos se dividem em categorias: funcional (os que exploram os movimentos) ficção (envolvem faz de conta), aquisição (mostra a capacidade que a criança tem) e fabricação (jogos confeccionados a partir da criatividade) (BRASIL, 2012).

No referencial de PCN (BRASIL, 2012), diante de Wallon, Piaget e Vygotsky, cada autor tem uma visão sobre os jogos, onde Wallon prezava jogos de ficção, aquisição e de fabricação, Piaget prezava jogos que buscavam o prazer, representação e que buscavam relações sociais e Vygotsky não prezava por classificação.

Segundo PCN (BRASIL, 2012), um problema que muitas vezes é ressaltado pelos pais, é referente sobre a mídia, que acaba influenciando as crianças através de propagandas enganosas, assim acabam de certa forma influenciando-as no momento em que elas estão na idade do lúdico.

A educação tem como forma de desenvolvimento do aprendizado do aluno, a forma de brincar, mas isso é relevante a ter horários apropriados para este momento. As crianças não percebem no momento da brincadeira que estão sendo avaliados dentro do

campo escolar, pois o que eles querem neste exato momento é vivenciar o prazer que os brinquedos e jogos os beneficiam (BRASIL, 2012).

A criança tem necessidade de viver conforme sua faixa etária de idade e deve deixar o lúdico fazer parte de sua infância, somente assim saberá a diferença entre o mundo dos adultos e o mundo infantil (BRASIL, 2012).

Ainda PCN (BRASIL, 2012), antes era quase impossível brincar e aprender ao mesmo tempo, mas graças aos professores capacitados, as escolas pedagógicas, e as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo dentro do campo educacional, hoje é possível trazer para a sala de aula os dois ao mesmo tempo (brincar e aprender).

O significado do brincar para criança

Toda criança tem o direito de brincar. Tão grande é sua relevância que este direito está garantido no RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Com a brincadeira, a criança se comunica com o mundo e explora seu pensamento podendo também desenvolver o movimento, a cognição, a afetividade, o conhecimento do próprio corpo e a aprendizagem da interação com os outros. Portanto, o brincar acaba sendo uma maneira da criança mostrar o que está aprendendo e como está se desenvolvendo.

Pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas, as crianças podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. Propiciando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos. (BRASIL, 1998, p.28)

Desde a tenra idade a criança começa a buscar os primeiros significados para dar sentido à vida, aos poucos vai integrando a sua personalidade, se conhecendo e tudo isto acontece por meio do brincar, desde as primeiras relações com o adulto nos cuidados e também nas primeiras brincadeiras propostas.

Segundo Machado (1994), desde a pouca idade, a criança costuma buscar significados para dar sentido a sua vida, e já vai integrando a personalidade por meio do brincar. A participação dos adultos neste processo é fundamental. Pois, de acordo com a forma que foi cuidada e as brincadeiras que vivenciou com os adultos pode ser determinada a sua relação com o seu próprio corpo. Um objeto muito rico para a criança ter contato e que ajuda em suas descobertas é o espelho.

A autora comenta que aos poucos a criança começa se perceber como existente interdependente, percebe que pode ampliar os movimentos de seu corpo como engatinhar e andar. E vencendo as etapas vai experimentando novos desafios.

Kishimoto diz que a criança utiliza a memória para organizar sua mente, inserir personagens e ações em estruturas que já conhece, subsidiadas pelas emoções, pelo envolvimento no brincar.

Todas as crianças gostam de brincar e isso faz parte da infância, do mundo infantil, é divertido e está presente em várias culturas, a partir dos primeiros meses da vivência humana.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil (1998) a brincadeira está colocada como um dos princípios fundamentais, defendida como um direito, uma forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação entre as crianças.

Brincar é uma atividade mental, uma forma de interpretar e sentir determinados comportamentos humanos. Nessa perspectiva a noção de brincar pode e deve ser considerada como representação e interpretação de determinadas atividades infantis, explicitadas pela linguagem num determinado contexto social (WAJSKOP, 1995.p.65).

Assim, o brincar, é cada vez mais entendido como uma abordagem que envolve a liberdade infantil para criar, fazer e refazer, adaptar ou simplesmente ignorar.

Segundo com Brougère (2006, p.91) “ao ler Froebel, herdeiro do pensamento romântico que fundamentou sua filosofia na educação das crianças pequenas,” [...] o

brincar é percebido como a expressão direta da verdade na criança que se deve incentivar:

“A brincadeira é o mais alto grau de desenvolvimento infantil nessa idade, porque ela é a manifestação livre e espontânea do interior, a manifestação do interior exigida pelo próprio interior.” (BROUGERE, 2006, p.92).

O brincar é visto como atividade principal da infância, que além de oferecer a ludicidade e o prazer, estimula a aprendizagem, o físico, cognitivo, criativo, social e a linguagem das crianças.

Promover o desenvolvimento global das crianças, incentivar a interação entre os pares, a resolução de conflitos e a formação de um cidadão crítico e reflexivo, também fazem parte do discurso do ato de brincar.

Segundo Brougère (2006, p.105) a brincadeira é uma confrontação com uma cultura. “A criança não brinca com as substâncias materiais e imateriais que lhe são propostas. Ela brinca com o que tem a mão e com o que tem na cabeça”.

Levando-se em conta a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, Vygotsky (1998), afirma que o brincar reside no fato da atividade contribuir para a mudança da relação da criança com o objeto.

Para Brougère (1990, p. 90), a brincadeira é uma ação lúdica, é uma associação entre uma ação e uma ficção, ela não pode ser limitada ao agir, o que a criança faz tem sentido, é a lógica própria do faz de conta.

No brincar a criança está firmando valores e sentimentos morais e éticos, percebendo o que é certo e errado, formando sua personalidade. Ela, na brincadeira, internaliza os conhecimentos de sua cultura, aprendendo a conhecer os outros com quem convive e conhece a si mesma.

Considerando que a criança se desenvolve através das interações que estabelece com o seu meio social, a brincadeira não é concebida como algo inato da criança, e sim

como uma atividade na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos.

É através das brincadeiras que a criança tem oportunidade de estabelecer um canal de comunicação com o adulto e com outras crianças, de uma forma prazerosa tirando dúvidas e desenvolvendo uma relação de confiança consigo mesma e com os outros.

Segundo Brougère (2006), as crianças modificam, transformam e renegociam as regras da brincadeira com seus parceiros, construindo um universo de faz de conta que gira em torno das decisões das próprias crianças.

O papel do educador nesta atividade, ainda segundo Gilles Brougère, é a observação, porque é preciso respeitá-la bastante para poder se desenvolver dentro de sua própria lógica, quando é interessante intervir.

A brincadeira nasce da necessidade de um desejo não possível de ser realizado imediatamente. É baseado no fato da criança, ao brincar, ter a capacidade de modificar a realidade que Vygotsky considera que a brincadeira cria uma "zona de desenvolvimento proximal".

A zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob orientação com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1994, p.112)

Vygotsky concluiu por meio de suas pesquisas que as brincadeiras infantis são promotoras de desenvolvimento das funções psicológicas tipicamente humanas, e que a capacidade para se envolver em determinadas brincadeiras, demanda certo nível de desenvolvimento.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) o brincar além de trazer avanços cognitivos é uma das atividades fundamentais para o

desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato da criança desde muito pequeno poder se comunicar através de gestos e sons e depois representar um determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação e criatividade.

1.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROBLEMA

A problemática em questão a ser discutida foi a ludicidade na educação infantil e a real importância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento da criança, sabendo que a ludicidade amplia na educação infantil uma base social de conhecimento amplo através do pensar, do sentir e do falar.

O lúdico é uma metodologia de grande relevância para conduzir o conhecimento de crianças na educação infantil. Por si só, os jogos abordam a problemática através de regras e conceitos, fazendo com que o conhecimento do seu meio, proporcionem uma aprendizagem de uma forma significativa gerando assim, vastos conhecimentos.

Seu uso como instrumento pedagógico é válido, vendo que propõe, com a diversão o conhecer, desenvolve a intelectualidade, âmbitos emocionais, motores e contatos sociais não desenvolvidos, porém, que para que funcione é preciso ser realizado um plano de aula com objetivos claros, metodologias ativas e que haja relação entre as atividades desenvolvidas e a meta estabelecida.

O professor nesse momento se torna de total importância, agindo como mediador das brincadeiras e reprodutor de conhecimentos. Mesmo sendo muito falado, ainda se sabe pouco de exato sobre sua prática. Se nota que os docentes têm tentado a cada dia mais se aprimorar com esta base.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral

Analisar minuciosamente os aspectos que contribuem para a ludicidade no desenvolvimento, aquisição e construção do conhecimento.

1.4.2 Específicos

Verificar a relevância da ludicidade na educação infantil; investigar a influência que o lúdico exerce no processo ensino/aprendizagem; e reconhecer os benefícios proporcionados pelo uso do lúdico.

1.3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se a abordagem desse tema, pois nos dias atuais as brincadeiras e os jogos tornam-se recursos didáticos de grande aplicação e valor no processo de ensino e de aprendizagem. São muitas as potencialidades desenvolvidas durante as brincadeiras, sejam em grupo ou mesmo individual, ao brincar a criança tem a oportunidade de se desenvolver integralmente.

Quando brinca a criança experimenta sensações, vivência papéis sociais, levanta hipóteses, faz questionamentos, resolve conflitos, coopera, faz uso de regras, toma conhecimento dos seus limites e dos limites dos outros, negocia, faz escolhas, divide, compara, aprende a se conhecer, a conhecer o outro e a fazer uma tradução do mundo em que está inserida.

As brincadeiras são importantes para o desenvolvimento infantil por permitir à criança explorar diversas possibilidades de entretenimento, como por exemplo, construções, faz-de-conta e brincadeiras tradicionais.

A proposta deste estudo vai ao encontro de tais perspectivas, ou seja, analisar métodos de ensino lúdico, ou seja, como as brincadeiras podem contribuir com a socialização dos alunos na educação infantil e a partir daí se tornar um instrumento didático-pedagógico eficaz.

Pesquisas importantes voltadas aos jogos e brincadeiras possibilitaram a compreensão de como estes poderiam auxiliar os alunos em seu aprendizado e desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização histórica

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que

constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos ao controle social. Infere-se que é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade.

Segundo Kishimoto (2006), na década de 1920, a imagem da criança refletia-se na organização como “depósitos infantis” (asilos infantis, creches e escolas maternais), impedindo a atividade lúdica. Era de origem filantrópica destinada a abrigar grande quantidade de crianças, os edifícios eram similares a quartéis, o tratamento era impessoal. As crianças asiladas (os expostos) passavam toda a infância na instituição, isoladas do meio social, e as atividades eram controladas castrando das crianças o poder do brincar. Para Horn (2004, p.26), “a criança, na realidade, é uma construção social, é um ser “que existe” em plenitude “no aqui e agora,” produzindo “enredos” e inserindo-se em “cenários” que, muitas vezes, não são feitos para ela”. Os espaços escolares eram aliados poderosos para exercer o controle e a fiscalização da ação infantil. Enfatiza-se que o trabalho individualizado, por sua vez, facilitava o domínio e o condicionamento na perspectiva da prática docente centrada no professor.

No Brasil, no ano de 1875, surgiu o primeiro jardim de infância com o objetivo de desenvolver a pedagogia afroebeliana, baseada na utilização de jogos. Logo após, em 1877, seguindo o mesmo sistema, surge a Escola Americana na cidade de São Paulo e, em 1884, o jardim de infância oferecido por José Veríssimo, no Pará.

A instituição Escola Americana era responsável pela formação de crianças de três a seis anos por meio desta pedagogia e foi assumida pelas escolas oficiais destinadas à elite da época, como anexa à Escola Normal da capital de São Paulo, no ano de 1896.

A expansão dos jardins de infância ocorreu lentamente e apenas as crianças da elite tinham direito de frequentar e aprender pela pedagogia de jogos. E a instituição pré-escolar (creche ou escolas maternais) destinava-se ao atendimento de menores desvalidos, que deveriam ser retirados das ruas com o objetivo de receber ensino integral.

Oliveira (1992) salienta que, na década de 1950, com o avanço da industrialização no país, surge a necessidade de incorporar grande número de mulheres da classe média

no mercado de trabalho, provocando o aumento da procura de creches para seus filhos. Essas creches eram, em sua maioria, entidades filantrópicas e recebiam donativos das famílias mais abastadas, auxílio governamental, médico e sanitário.

Na década de 1960 e 1970, começaram a ser elaboradas propostas de trabalho em algumas pré-escolas públicas, defendendo a estimulação cognitiva e o preparo para a alfabetização. Nessa época, aparece um grande número de pré-escolas particulares; o atendimento da população privilegiada era diferenciado; apresentava-se a preocupação com a criatividade e o desenvolvimento como um todo. Com as reivindicações populares por creches, intensificou-se o movimento e elas adquiriram novas conotações; deixaram de ser paternalistas e passaram a ser direito do trabalhador. O número insuficiente de crianças atendidas nas creches levou o poder público a instituir outras iniciativas de atendimento à criança, como lares vicinais, ou creches domiciliares.

Conforme Zabalza (2006), de um lado a creche era vista como refúgio assistencialista para a população infantil desprovida de cuidados domésticos, construindo um retrato de infância sem rosto, privada de um perfil existencial, absorto em uma sociedade e uma cultura marcadas por uma socialização de classe e causadora da precoce separação da infância em relação à classe à qual pertence.

Mas, por outro lado, a escola da infância tende à conquista de uma identidade pedagógica com serviços públicos gratuitos, acessíveis a toda população infantil de uma comunidade na qual a criança conquista sua própria identidade social. Abandona-se a concepção “espontaneísta” da experiência educativa para uma educação no prazer, no espírito da procura e do descobrimento, na prática da pesquisa, na organização, estruturação e interpretação da realidade. Assim, nasce a escola da infância com seus propósitos definidos em busca do desenvolvimento de um novo ser.

2.2 Referenciais e diretrizes legais da Educação Infantil

De acordo com Art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394/96, a educação escolar compõe-se de: “I- Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; II. Educação Superior”.

A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art. 22). Esta pode ser oferecida no

ensino regular e nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional, sendo que esta última pode ser a modalidade superior.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica; tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família (Art. 29). É oferecida em: creches, para crianças de zero a três anos de idade e, em pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos.

Conforme o documento do Ministério da Educação e Cultura - MEC apud Sanches (2003), as diretrizes gerais que orientam a proposta da Educação Infantil baseiam-se nos seguintes princípios:

1- A Educação Infantil é a Primeira etapa da Educação Básica e destina-se à criança de zero a seis anos de idade, não sendo obrigatória, mas um direito a que o Estado tem obrigação de atender.

2- As instituições que oferecem Educação infantil, integrantes dos Sistemas de Ensino, são as creches e as pré-escolas dividindo-se a clientela entre elas, pelo critério exclusivo da faixa etária (zero a três anos na creche e quatro a seis anos na pré-escola).

3- A Educação Infantil é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo seu processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

4- As ações da educação, na creche e pré-escola, devem ser complementadas pelas de saúde e assistência, realizadas de forma articulada com os setores competentes.

5- O currículo da Educação Infantil deve levar em conta, na sua concepção e administração, o grau de desenvolvimento da

criança, a diversidade social e cultural das populações infantis e os conhecimentos que pretende se universalizar.

6- Os profissionais de Educação Infantil devem ser formados em cursos médio ou superior, que contemplem conteúdo específicos relativos a essa etapa da educação.

7- As crianças com necessidades especiais devem, sempre que possível, ser atendidas na rede regular de creches e pré-escola (MEC, 1994, online).

Por conseguinte, esses pressupostos teóricos e legais devem ser aplicados em qualquer proposta de trabalho de creche e pré-escola, juntamente com os seus respectivos profissionais.

Na LDB nº 9.394/96, Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, o Art.4º afirma-se que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - Educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) [..];

III – Vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008) (BRASIL, 1996, online).

O Art. 6º da referida legislação explicita que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996, online).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Título I, Art. 4º, assegura a respeito dos direitos infantis e dispõe o seguinte:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (LEI Nº 8.069, 1990, online).

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil - RCNEIs (1998) se apresentam como documento determinante à prática docente quanto aos objetivos, conteúdos e orientações didáticas, tendo como princípio básico o respeito à diversidade cultural. Neste sentido, esclarece:

No título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, art. 4º IV, afirma-se que: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas como instituições de educação infantil. A distinção entre ambas é feita pelo critério de faixa etária (RCNEIs, 1998, p.11).

Segundo os objetivos gerais destes referenciais, o propósito educativo é desenvolver a capacidade de criar oportunidades para que as crianças possam desenvolver a aprendizagem com ação e intenção do professor, bem como selecionar conteúdos e meios didáticos (RCNEIs, 1998) de modo a auxiliar no desenvolvimento das crianças.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas

capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação (RCNEIs, 1998).

Ainda em relação aos objetivos gerais, os referenciais explicitam como desenvolver a imagem positiva da própria criança, para que esta desenvolva a independência em relação à percepção de suas limitações e aprenda a confiar em suas próprias capacidades. Apontam que são objetivos gerais da Educação Infantil, “[...] brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidade” (1998, p.63).

De acordo com as DCNEIs (2010), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios éticos: autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Devem também respeitar os princípios políticos: direitos de cidadania, exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática e os estéticos: sensibilidade, criatividade, ludicidade e liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Brincar na infância é meio pelo qual a criança vai descobrindo e organizando suas experiências, recriando seus pensamentos e sentimentos a respeito do mundo, das coisas e das pessoas com as quais convive. Por isso, quanto mais intensa e variável for a brincadeira e o jogo, mais elementos oferecem para o desenvolvimento mental e emocional infantil (FERRAZ; FUSARI, 2009).

Essas propostas pedagógicas devem garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (DCNEIs, 2010).

Na parte seguinte, discute-se a questão do direito da criança ao brincar, sendo que este deveria ser considerado inerente ao desenvolvimento infantil. Parte-se do princípio de que o brincar contribui para alicerçar a construção da personalidade infantil e, conseqüentemente, influencia na formação da personalidade adulta.

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada para a realização deste estudo é a bibliográfica descritiva. A fim de compreender os propósitos desta modalidade de pesquisa serão consultados autores referentes à área da educação e metodologia científica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica. São Paulo: Loyola, 1994.

ALMEIDA, Aline Marques da Silva. A importância do lúdico para o desenvolvimento da criança 13/10/2014. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-l%C3%ADico-para-o-desenvolvimento-da-crian%C3%A7a.aspx> cesso em 02 de abril de 2017.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 2008.S

ANAIS, Magali Ap. de Oliveira. Jogos e brinquedos na infância. São Paulo: Editora Sol, 2012.

ANTUNES, Celso. Jogos para bem falar. São Paulo: Papyrus, 2003.

BIAZOTTO, Lilian. A brincadeira e o desenvolvimento da criança na educação infantil. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 31f. Medianeira, 2014.

BOMTEMPO, Edda. A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação, do imaginário. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org). Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

BRASIL, Portal Educação. O brincar e o aprender na educação infantil. Campo Grande: Portal Educação, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROUGERE, G. Brinquedo e cultura. São Paulo, Editora Cortez, 1990.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedos e companhia. São Paulo: Cortez, 2006.

BEE, Helen. *A criança em desenvolvimento*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BIAGGIO, A. M. B. *Psicologia do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CLAPARÈDE, E – A Educação Funcional – (tradução e notas J. B. Damasco Penna) – 4º ed. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

CURTSS, Sandra. *A alegria do movimento na pré-escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

CORSARO, William, A. Tórias sociais da infância. In: *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DIAS, Marina Célia Moraes. C. Metáfora e pensamento: considerações sobre a importância do Jogo na aquisição do conhecimento e implicações para a educação pré-escolar. In KISHIMOTO, T. M. (ORG). *Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação*. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Juliana. Brincadeiras tradicionais para lembrar com as crianças. 2016. Disponível em: <<http://www.justrealmoms.com.br/brincadeiras-tradicionais-para-lembrar-com-as-criancas/>> Acesso em: 15 de out. 2017.

FRIEDMANN, A. Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil. São Paulo:

FRIEDMANN, Adriana. O direito de brincar: A brinquedoteca...[et al.]. – São Paulo. Scritta Editorial: ABRINQ, 1992.

GUSSO, Sandra de Fátima K; SCHUARTZ, Maria Antonia. A criança e o lúdico: a importância do brincar. 2015. Disponível em:

<<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/documentos/com/TCC1057.pdf>> acesso em: 15 out. 2017.

KISHIMOTO, Tizuko M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida, Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. 3ª edição. São Paulo, Cortez, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Bruner e a brincadeira, In Kishimoto, T. M. (org.) O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2003.

MACEDO, Lino. Ensaio Construtivistas. 3. Ed. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1994.

MACHADO, Marina Marcondes. O brinquedo-sucata e a criança: a importância do brincar, atividades e materiais. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MEDEIROS, M. L., SILVA, Z. F. DA. O Projeto Brincar In: Vários Autores. Brincar: O Brinquedo e a Brincadeira na Infância. São Paulo: Cenpec, 2009.

MIRANDA, P; SILVA, J. D. G. da. Medição de desempenho. Porto Alegre: Bookman, 2002.

NEITZEL, Scheula T. L. Brincadeira e aprendizagem: concepção docente na educação infantil. 111f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, porto Alegre, BR-RS, 2012.

OLIVEIRA – FORMOSINHO, J. KISHIMOTO, T. M. PINAZZA, M.A. (ORG); Pedagogia (s) da Infância Dialogando com o passado contribuindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: muitos olhares. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PINAZZA, Monica Apezato. Froebel: uma pedagogia do brincar para infância. In: FORMOSINHO, Julia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Monica

Apezato. Pedagogias da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REGO, T.C. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural na educação. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Tiago Aquino da Costa. Jogos e brincadeiras na escola. 1.ed. São Paulo: Kids Move Fitness Programs, 2015.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semenovicth. A formação da mente: o desenvolvimento dos processos psicopedagógicos superiores. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WAJSKOP G. O Brincar na Educação Infantil. São Paulo: Caderno de Pesquisa, 1995.

ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006